ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA

PROCESSO N° 200/2026
PREGÃO N° 30/2026

A empresa CMD CAR LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o n° 59.637.578/0001-04, estabelecida na Rua Doutor Raul Lages, n° 441, Bela Vista, Conceição do Mato Dentro/MG, CEP: 35.860-000, com contatos disponíveis em (31) 3868-2058 e e-mail administrativo@grupocmdsaude.com.br, neste ato devidamente representada por o Sr. GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA, portador da Carteira de Identidade n° 12.229.063 e inscrito no CPF sob o n° 068.353.546-31, vem, com o máximo e devido acatamento, perante Vossa Senhoria e a íntegra da digna Equipe de Apoio, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

com amparo no artigo 164 da Lei Federal n° 14.133/2021, em face das omissões relativas à falta de exigência de padrões mínimos de qualidade e regularidade operacional, bem como das cláusulas restritivas à competitividade e insuficientes quanto à qualificação econômico-financeira, tudo conforme os motivos de fato e inabaláveis fundamentos de direito doravante minuciosamente descritos.

I. DA ANÁLISE PRÉVIA DA ADMISSIBILIDADE E DA PRESERVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE

O procedimento de impugnação ao instrumento convocatório constitui um direito fundamental assegurado a qualquer parte legítima que identifique irregularidades na elaboração do Edital, funcionando como uma garantia preventiva da legalidade e da isonomia, pilares inquebrantáveis do regime de licitações e contratos administrativos brasileiros. A tempestividade da presente peça não só valida a sua admissibilidade, mas também assegura

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

que a Administração Pública tenha tempo hábil para processar as alterações necessárias antes da abertura das propostas, preservando assim a segurança jurídica do certame.

A Lei nº 14.133/2021, norma geral sobre licitações e contratos, estabelece no seu artigo 164, *caput*, o marco temporal decisivo para o exercício desse direito, exigindo que o protocolo do pedido ocorra: "até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame."

> Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

O Edital impugnado, referente ao Pregão Eletrônico nº 30/2026, prevê como data de abertura de envelopes ou sessão pública o dia 05 de outubro de 2026, e que a presente Impugnação é protocolada nesta data, 05 de outubro de 2026, verifica-se que o prazo de 3 (três) dias úteis ou mais foi integralmente respeitado, ratificando a plena conformidade do pleito com o requisito legal de tempestividade. Deste modo, requer-se o reconhecimento formal da legitimidade da Impugnante e a imediata admissibilidade do presente recurso administrativo pelo Pregoeiro e sua equipe, para que o mérito da questão seja devidamente apreciado e julgado procedente nos termos adiante expostos.

E considerando o que já está pacificado pelo Tribunal de Contas da União,

> *ACÓRDÃO 969/2022 - PLENÁRIO - RELATOR MIN. BRUNO DANTAS - Impugnação não se limita a horário de expediente.... "Além disso, fosse o envio realizado as 17:30 h (fim do expediente da entidade) ou as 23:59 h da data limite, o seu exame ficaria para o dia seguinte. Ou seja, a regra externa formalismo injustificado em prejuízo dos licitantes, razão por que deve ser revista na reedição do processo de contratação". (Portal Sollicita)*

Jonas Lima, especialista reconhecido no mercado ainda acrescenta em artigo de sua autoria:

> *"... se o legislador é expresso ao estabelecer uma providência por dias e não horas, qualquer limitação fora disso é inconstitucional, por restringir garantias fundamentais, bem como ilegal, por afastar texto de lei e regulamentos expressos e vigentes". (Portal Sollicita)*

Além disso, a própria Lei 14.133/2021 já tratou sobre o tema, não deixando margem para dúvidas:

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

§ 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

II - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

*§ 3º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.*

Sendo assim, é tempestiva a presente impugnação e merece ser conhecida, visto que está sendo enviada em 28/08/2026 e a abertura do certame está prevista para 05/10/2026 às 9h.

II. DA SÍNTESE DO OBJETO E A IDENTIFICAÇÃO DAS VULNERABILIDADES EDITALÍCIAS

O Pregão Eletrônico nº 30/2026, promovido pela Prefeitura Municipal de NOVA LIMA, tem como objeto pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, tendo como equipe os servidores abaixo indicados, nos termos do Decreto Municipal 14.263/2024. Ocorre que, a análise minuciosa do instrumento convocatório e do Termo de Referência revelou notáveis omissões e exigências que, por sua natureza, comprometem a lisura, a eficiência e, mais gravemente, a competitividade do certame, violando preceitos basilares estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

As inconsistências identificadas podem ser agrupadas em cinco grandes eixos temáticos que demandam urgente retificação, sob pena de viciar o processo licitatório desde sua origem: (1)

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

a ausência de exigência de padrões mínimos de gestão da qualidade e de comprovação de regularidade operacional (ISO 9001, Alvarás), mitigando o princípio da eficiência; (2) a incompletude e a falha em prever mecanismos de qualificação econômico-financeira para empresas mais novas (Balanço de Abertura), ferindo a isonomia; (3) a imposição de requisitos excessivamente restritivos, desvinculados do objeto e do caráter público da contratação (documentação antecipada de transformação, como atestados do CREA), em afronta direta ao princípio da competitividade; (4) a vedação ou restrição indevida à subcontratação de partes do objeto, desconsiderando a complexidade e a especialização necessárias para determinadas etapas; e (5) a exigência de que o primeiro emplacamento do veículo ocorra diretamente em nome da Administração, ou a inferência de que apenas concessionárias possam vender veículos "zero quilômetro", configurando uma restrição ilegal e um formalismo excessivo. A seguir, detalham-se os fundamentos jurídicos que sustentam a insubsistência e a ilegalidade dessas condições.

III. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA PARA A RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O cerne de toda a legislação licitatória reside na busca incessante pela seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso, em estrita observância ao interesse público e aos princípios da Administração. A Lei nº 14.133/2021 reforça o dever do Administrador em balizar suas ações pela eficiência, pela competitividade, pela proporcionalidade e pelo julgamento objetivo, conforme seu Artigo 5º, impedindo a inclusão de quaisquer requisitos que não se mostrem indispensáveis para a garantia da execução contratual de excelência.

A imposição de requisitos que não se coadunam com a essência da contratação ou que ultrapassam o necessário para a garantia da boa execução do objeto representa um desvio de finalidade e uma violação dos princípios que regem a atividade administrativa. A licitação deve ser um instrumento de fomento à concorrência saudável, onde o maior número possível de empresas qualificadas possa apresentar suas propostas, buscando a melhor relação custo-benefício para a Administração Pública.

III.1. Da Imperiosa Inclusão de Padrões de Qualificação Técnica: Eficiência, Qualidade e Regularidade Operacional

A qualificação técnica é o mecanismo legal que permite à Administração verificar se os licitantes possuem a aptidão necessária para cumprir o objeto contratual com o grau de

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponivel em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

qualidade e excelência desejados. Numa contratação que envolve pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, tendo como equipe os servidores abaixo indicados, nos termos do Decreto Municipal 14.263/2024, a Administração deve acautelar-se exigindo mais do que a mera comprovação de capacidade anterior. É fundamental exigir a prova de um sistema de gestão que minimize riscos e maximize a qualidade do produto e serviço.

III.1.A. A Exigência do Certificado de Conformidade ABNT NBR ISO 9001:2015

A omissão do Edital em exigir a certificação ISO 9001 (ABNT NBR ISO 9001:2015) como um dos critérios de qualificação técnica para os fornecedores representa um grave lapso na proteção do interesse público, notadamente no que se refere ao princípio da eficiência. A ISO 9001, globalmente reconhecida, não se limita a um selo de reconhecimento, mas sim atesta que a empresa opera com um robusto Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), auditado por um organismo acreditado pelo Inmetro/CGCRE. Este sistema é estruturado para garantir a padronização e o controle dos processos internos, a rastreabilidade, o monitoramento contínuo de riscos e não conformidades, e a melhoria sistemática da satisfação do cliente, características essenciais em fornecimentos de alto valor e complexidade.

A Lei nº 14.133/2021, ao tratar da comprovação de qualidade de produtos, legitima plenamente essa exigência. O Artigo 42 da Nova Lei de Licitações autoriza expressamente a Administração a exigir certificações como condição de aceitabilidade da proposta, quando estas são emitidas por instituição credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro):

> Art. 42. A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios:
>
> [...] III - certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada. § 1° O edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, certificação de qualidade do produto por instituição

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

Desta forma, a exigência da ISO 9001 é proporcional e razoável, pois visa a assegurar que o processo produtivo e logístico do fornecedor esteja alinhado com as melhores práticas de gestão, mitigando o risco de falhas contratuais e garantindo a durabilidade e conformidade das viaturas e ambulâncias adquiridas, realizando concretamente o princípio da eficiência, conforme a doutrina majoritária que associa eficiência a presteza, perfeição e rendimento, buscando os melhores resultados com a melhor relação custo-benefício.

A ISO 9001 atesta o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de forma abrangente, garantindo que a empresa possui processos auditados para gerir riscos e assegurar a conformidade da entrega. No contexto de transformação veicular, a exigência da ISO 9001 mostra-se superior e substitui a necessidade do CCT (Certificado de Capacidade Técnica) previsto nas Portarias Inmetro nº 153/2022 e nº 14/2016.

Enquanto o CCT valida competências isoladas, a ISO 9001 garante que todo o fluxo produtivo, desde a aquisição de componentes até a entrega final, segue normas internacionais de controle. O Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1091/2025 – Plenário, consolidou o entendimento de que a Administração deve exigir tal certificação para garantir que o licitante detém o domínio técnico e gerencial necessário, servindo como comprovante definitivo de aptidão técnica e operacional, o que dispensa exigências redundantes de menor abrangência.

III.1.B. Da Necessidade de Comprovação da Regularidade Operacional: Alvarás de Funcionamento e Sanitário

A comprovação da qualificação técnica e jurídica não pode se restringir aos documentos fiscais e à inscrição no CNPJ. A Administração tem o dever de verificar a plena conformidade legal das instalações do licitante para o exercício da atividade que se propõe a executar.

Primeiramente, a exigência do **Alvará de Funcionamento** expedido pelo Município sede da empresa é um requisito básico para atestar que o estabelecimento da licitante está regularizado quanto às normas de zoneamento, uso do solo, segurança e demais disposições municipais. Trata-se de uma salvaguarda elementar da legalidade e da segurança jurídica na contratação.

Em segundo lugar, e de maneira crucial, se o objeto licitado contemplar itens correlatos à área da saúde, a inclusão da exigência do **Alvará Sanitário** (ou Licença de Funcionamento

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

Sanitário) torna-se obrigatória. Este documento é emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária (ANVISA, estadual ou municipal), atestando que a empresa cumpre as rigorosas normas de higiene e condições operacionais para o manuseio, distribuição ou transformação de bens ligados à saúde. Normas federais e códigos sanitários estaduais, como o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.317/99), exigem esta licença.

Na hipótese de a natureza da atividade da empresa licitante ou do objeto específico dispensar a emissão do Alvará Sanitário por força de dispositivo legal, o Edital deve, contudo, exigir a comprovação documental formal dessa dispensa legal. Dessa forma, equilibra-se a necessidade de segurança com o princípio da competitividade, evitando-se a contratação de empresas que operam à margem das normas sanitárias, o que seria inadmissível em um fornecimento relacionado direta ou indiretamente a veículos públicos de segurança ou saúde.

III.2. Do Equilíbrio da Qualificação Econômico-Financeira e a Inclusão do Balanço de Abertura

A qualificação econômico-financeira tem como finalidade primordial demonstrar a solidez patrimonial e a capacidade financeira do licitante em sustentar o contrato até o seu termo, evitando ônus e prejuízos ao erário em virtude de um eventual colapso financeiro do contratado. A omissão do edital em estabelecer critérios financeiros mínimos expõe o Município a riscos inaceitáveis, e, ao mesmo tempo, a ausência de previsão sobre empresas recém-constituídas viola a regra legal de isonomia na busca pela competitividade.

III.2.A. Da Insuficiência dos Critérios Financeiros: Necessidade de Índices Contábeis e Capital Mínimo

O Edital deve ser retificado para incluir a exigência de demonstração da boa situação financeira do licitante através da apresentação dos índices contábeis mais relevantes, tais como a **Liquidez Geral (LG)**, a **Liquidez Corrente (LC)** e a **Solvência Geral (SG)**, ou, alternativamente, a exigência de um **Capital Social Mínimo** ou **Patrimônio Líquido Mínimo** compatível e proporcional à dimensão econômica do objeto a ser contratado. O Artigo 69, caput, da Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência desses demonstrativos, não devendo a Administração Pública omitir-se nesse mister de segurança, pois a ausência de tais critérios torna a avaliação da capacidade financeira do licitante subjetiva e vulnerável a interpretações diversas.

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

> *Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:*
>
> *I - balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais; II - certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante. [...]*
>
> *§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.*

A ausência de referências objetivas e técnicas para aferição da capacidade financeira torna a habilitação deficiente e arbitrária, contrariando o princípio do julgamento objetivo. A adoção de índices contábeis, que permitem uma análise fria e técnica da saúde financeira da empresa (verificando sua capacidade de pagamento a curto e longo prazo), é a ferramenta mais adequada para mitigar o risco de inadimplemento, que seria oneroso ao Município. . A exigência de um capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, devidamente justificado, também serve como um importante balizador da capacidade financeira da empresa de suportar as obrigações contratuais.

III.2.B. Da Isonomia para Empresas Recém-Constituídas: A Aceitabilidade do Balanço de Abertura

A Administração deve incentivar a competição e a participação de novos agentes econômicos, desde que estes sejam capazes de comprovar sua capacidade, em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável e da isonomia. A exigência exclusiva do Balanço Patrimonial referente ao último exercício social completo, sem prever meios alternativos para empresas recém-constituídas (aquelas criadas no exercício financeiro da licitação), é um filtro indevido e contrário à letra expressa da lei.

A Lei nº 14.133/2021, reconhecendo tal situação, estabeleceu uma regra clara de exceção no § 1º do artigo 65, garantindo que a Administração acolha a documentação financeira cabível a essas empresas, evitando sua exclusão automática e injustificada:

> Art. 65. As condições de habilitação serão definidas no edital.

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

§ 1° As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Portanto, para garantir a plena observância do princípio da isonomia e da competitividade, o Edital deve prever expressamente a aceitação do **Balanço de Abertura** e a demonstração do **Capital Social Integralizado** (ou recursos disponíveis) para aquelas empresas que se enquadrem nos termos do § 1° do Artigo 65 da Lei n° 14.133/2021, permitindo que a inovação e o empreendedorismo nacional participem do certame.

III.3.B. A Ilegalidade da Exigência de "Primeiro Emplacamento" em Nome da Administração e a Interpretação de "Veículo Zero Quilômetro"

A exigência de que o veículo tenha seu "primeiro emplacamento" diretamente em nome da Administração, ou a interpretação de que um veículo "zero quilômetro" só pode ser fornecido por concessionária ou fabricante sem qualquer registro prévio em nome do intermediário, é uma restrição indevida e um formalismo excessivo que atenta contra a competitividade do certame. Esta imposição, muitas vezes embasada em uma interpretação equivocada da Lei n° 6.729/79 e da própria conceituação de "veículo novo", acaba por afastar potenciais licitantes que, embora plenamente capazes de fornecer o bem com as especificações exigidas, não se encaixam nesse critério formal.

O conceito de "veículo zero quilômetro" ou "veículo novo" deve estar intrinsecamente ligado à sua condição material: um automóvel que nunca foi utilizado, que mantém suas características originais de fábrica e que não apresenta desgaste decorrente de uso. A mera transferência de propriedade ou o registro provisório em nome de uma revendedora intermediária, desde que o veículo não tenha sido rodado ou utilizado para fins de consumo, não descaracteriza sua condição de "novo". A Lei Federal n° 6.729/79 regula relações comerciais específicas entre fabricantes e concessionárias, e não impõe à Administração Pública a obrigação de adquirir veículos apenas de concessionárias para que estes sejam considerados "novos" ou para que o "primeiro emplacamento" ocorra em seu nome. A própria Lei Ferrari, em seu Art. 15, § 1°, alínea "a", permite ao concedente (fabricante) efetuar vendas diretas à Administração Pública, independentemente da atuação ou pedido de concessionário, demonstrando que a vinculação exclusiva à rede de concessionárias não é absoluta nem para os próprios fabricantes.

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

O Tribunal de Contas da União, em reiterados julgados, como o Acórdão 1.510/2022 – Plenário e o Acórdão 10.125/2017 – Segunda Câmara, tem se posicionado firmemente no sentido de que a essência do "veículo zero quilômetro" reside na ausência de uso/rodagem, e não em quem figura como primeiro proprietário no registro. O simples fato de um veículo ser registrado em nome de uma revendedora para posterior comercialização não o torna "usado", desde que não tenha havido utilização para fins de consumo. As decisões do TCU e de tribunais judiciais, como o TJSP (Apelação Cível 0002547-12.2010.8.26.0180) e o TJDF (APL 23146620088070001), têm ratificado que "zero quilômetro significa carro novo, ainda não usado" e que a transferência para uma revendedora não descaracteriza a qualidade do bem. O precedente do Tribunal de Contas de Minas Gerais (Processo 1095448), ao apreciar denúncia sobre o tema, também consolidou esse entendimento, prevalecendo o princípio da livre concorrência.

Em complemento ao entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União e pelo Ministério da Justiça, é pertinente destacar o posicionamento firmado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, ao analisar, em sede recursal, controvérsia especificamente relacionada à definição e caracterização de veículo novo:

> REPARAÇÃO DE DANOS. COMPRA DE VEÍCULO NOVO. EMPLACAMENTO ANTERIOR Á COMPRA. ALEGAÇÃO DE DESCARACTERIZAÇÃO DA QUALIDADE DO BEM. AUSÊNCIA DE PROVA. RECURSO DESPROVIDO. O FATO DE O VEÍCULO TER SIDO TRANSFERIDO PARA A EMPRESA RÉ PARA POSTERIOR REVENDA AO CONSUMIDOR FINAL NÃO BASTA PARA DESCARACTERIZAR O BEM COMO NOVO. O VEÍCULO É 0 KM PELO FATO DE NUNCA TER SIDO UTILIZADO E NÃO PORQUE FORA ELE EMPLACADO EM DATA ANTERIOR À COMPRA. AUSENTE OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA AFERIR A CONDUTA CULPOSA OU DELITUOSA DA RÉ, NÃO HÁ COMO JUSTIFICAR A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-DF - APL: 23146620088070001 DF 0002314-66.2008.807.0001, Relator: LÉCIO RESENDE, Data de Julgamento: 11/02/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 02/03/2009, DJ-e Pág. 61) Destaque-se trecho elucidativo do julgado acima reportado: "O veículo é 0 Km pelo fato de nunca ter sido utilizado e não porque fora ele emplacado em data anterior à compra. Não há prova de quilometragem do veículo e o fato de o contrato não aludir ao emplacamento não comprova o alegado pelo autor. De qualquer forma, no mesmo contrato, há cláusula expressa acerca dos trâmites de transferência do veículo, de

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

forma que não se admite que não tivesse o autor conhecimento acerca da existência de emplacamento."

Além disso, a exigência de que o primeiro emplacamento ocorra em nome da Administração pode gerar ônus desnecessários e burocracia excessiva, uma vez que a empresa licitante pode assumir a responsabilidade pela entrega do veículo devidamente emplacado e licenciado em nome da entidade, independentemente de ter havido um registro intermediário para fins comerciais. O que realmente importa é que o veículo entregue atenda a todas as especificações técnicas, seja de fato "zero quilômetro" (não usado), e que a Administração receba toda a documentação necessária para seu registro e utilização legal.

A manutenção de tal exigência ou de sua interpretação restritiva do conceito de "veículo zero quilômetro" em nome da Lei Ferrari configura uma reserva de mercado para concessionárias e fabricantes, frustrando a competitividade, a livre concorrência e o princípio da isonomia, o que, conforme a Súmula 222 do TCU, é de observância obrigatória para todos os entes da federação em se tratando de normas gerais de licitação. O Edital deve ser retificado para esclarecer que "veículo zero quilômetro" é aquele sem uso anterior e que a forma de aquisição pelo licitante ou a ocorrência de um registro intermediário para fins comerciais não descaracteriza essa condição, desde que o bem entregue nunca tenha sido utilizado e possua todas as garantias de fábrica.

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, ao analisar, em 4 de novembro de 2021, a Denúncia nº 1095448, que buscava limitar a participação na licitação exclusivamente a concessionários autorizados, enfrentou diretamente a discussão sobre a comercialização de veículos por revendedoras e decidiu pelo indeferimento da denúncia apresentada.

A decisão destacou a prevalência do princípio da livre iniciativa e reconheceu a plena aptidão de qualquer empresa do setor para realizar a venda de veículos. Segue a ementa do acórdão:

> Processo: 1095448 Natureza: DENÚNCIA Denunciante: Tecar Minas Automóveis e Serviços Ltda. Denunciado: Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – Codanorte Apenso: 1095558, Agravo Interessados: João Manoel Ribeiro, Mabelê Comércio de Veículos Eireli Procuradores: Luciano Alves Moreira Moutinho, OAB/MG 135.436; Mônica Cristina Martins Parpinelli Moutinho, OAB/MG 135.481 MPC: Procuradora Sara Meinberg RELATOR: CONSELHEIRO SUBSTITUTO ADONIAS MONTEIRO SEGUNDA CÂMARA – 4/11/2021 DENÚNCIA. CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL. PREGÃO ELETRÔNICO. REGISTRO DE PREÇOS.

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.



FORNECIMENTO DE VEÍCULOS. EXIGÊNCIA DE PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO. VEÍCULO ZERO KM. PARTICIPAÇÃO E POSTERIOR CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESA REVENDEDORA. ALEGAÇÃO DE POSSÍVEL EVASÃO FISCAL. PRELIMINAR. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA REGULAR DESENVOLVIMENTO DO PROCEDIMENTO DE CONTAS. ADMISSIBILIDADE DA DENÚNCIA PELO PRESIDENTE. PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO JULGAMENTO DE MÉRITO. NÃO ACOLHIMENTO. MÉRITO. PRINCÍPIO DA LIVRE CONCORRÊNCIA. DISPUTA COMERCIAL. POSSIBILIDADE DE FORNECIMENTO DE VEÍCULOS ZERO QUILÔMETRO POR EMPRESA REVENDEDORA. INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. AUSÊNCIA DE CLÁUSULA PROIBITIVA. INTERESSE PRIVADO. IMPROCEDÊNCIA. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS. APURAÇÃO, LANÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECOMENDAÇÃO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. REVOGAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR. ARQUIVAMENTO. 1. Em que pese a alegação do Ministério Público de Contas relativa à ausência de critérios desencadeadores da atividade de controle externo, tendo em vista a ausência de longo decurso de tempo em relação aos fatos questionados e que a denúncia foi admitida pelo Presidente, bem como que o processo se encontra devidamente instruído, sendo possível a análise de mérito da denúncia, esta se impõe em respeito ao princípio da primazia do julgamento de mérito. 2. Desde que comprovado pela empresa revendedora que o veículo ofertado à Administração Pública não tenha sido utilizado anteriormente, ou seja, não tenha perdido as características inerentes aos veículos novos, o fato de o primeiro licenciamento ter sido realizado em nome da revendedora para posterior e imediata transferência de titularidade do veículo para a Administração Pública não deve ser invocado para impedir a participação de revendedoras de veículos em licitações públicas. Portanto, nestes casos, a exigência de primeiro emplacamento deve ser entendida como pretensão de veículo "zero quilômetro" pela Administração. 3. Assegurar a possibilidade de ampla participação em igualdade de condições a todos os concorrentes que tenham descrito, em seu objeto social, a atividade de comercialização de automóveis conceituados como novos ("zero quilômetro") está em conformidade com os princípios da isonomia e da impessoalidade, contidos no caput do art. 3º, da Lei n. 8.666/1993, com o disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição da República, bem como com o princípio da livre concorrência previsto no art. 170, inciso IV, da Constituição da República. 4. Não é de competência desta Corte de Contas a análise de questões envolvendo interesse eminentemente privado, não abrangidas pelos critérios desencadeadores da

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

atividade de controle externo, em demanda que visa reduzir a competitividade do certame, sem que haja clara conduta antijurídica e ilegítima causadora de prejuízo ao erário ou violação ao interesse público.

5. Nos termos da jurisprudência do Tribunal de Contas da União, compete ao Fisco apurar eventual prejuízo ao erário decorrente de não pagamento ou pagamento a menor de tributo, isto é, a apuração, lançamento e fiscalização, bem como a interpretação final sobre as hipóteses de incidência, base de cálculo e valor devido. (g.n.)

III.3.C. A Ilegalidade da Exigência Antecipada de Atestados de Capacidade Técnica Profissional (ARTs) com Registro no CREA/CAU: Formalismo Exacerbado e Restrição à Competitividade

Em se tratando da aquisição de veículos complexos ou adaptados, como viaturas ou ambulâncias, o Edital exige, na fase de habilitação, documentação complexa relativa à transformação do veículo, notadamente a comprovação formal da responsabilidade técnica pelo processo, através de Atestados de Capacidade Técnica Profissional (ARTs) devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou órgão de classe correlato (CAU). Essa exigência, embora potencialmente pertinente e necessária à fase de execução e fiscalização do contrato para o efetivo responsável técnico pela transformação, revela-se inoportuna, restritiva e desproporcional quando imposta à fase de habilitação do fornecedor principal do veículo.

A Lei nº 14.133/2021, ao tratar da qualificação técnica-profissional (Artigo 67), visa a garantir que a contratada possua as qualificações mínimas para a prestação dos serviços ou fornecimento complexo:

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a: [...] V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso; [...] § 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação. § 9º O edital poderá prever, para aspectos técnicos específicos, que a qualificação técnica seja demonstrada por meio de atestados relativos a potencial

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, hipótese em que mais de um licitante poderá apresentar atestado relativo ao mesmo potencial subcontratado.

A Administração Pública deve observar o princípio do formalismo moderado,

A documentação técnica detalhada da transformação, o detalhamento de layouts, e as homologações junto aos órgãos competentes (CONTRAN, CREA, ANVISA), representa um custo e um ônus logístico elevado, que se torna um investimento perdido para todas as empresas que, embora capazes de fornecer o objeto, não vencerão o certame. A exigência antecipada deste complexo aparato documental, notadamente os atestados de responsabilidade técnica registrados no CREA/CAU, configura excesso de formalismo e barreira de entrada, em violação ao já citado Art. 9º da Lei nº 14.133/2021, que veda exigências impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.

O momento lógico e eficiente para exigir a comprovação da vinculação do transformador, dos profissionais legalmente habilitados e das homologações é apenas após a definição do vencedor, seja no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, seja no processo de fiscalização da entrega. Para a fase de habilitação, a exigência de Atestados de Capacidade Técnica (ART) ou documentação de registro em conselho profissional (CREA/CAU) diretamente do licitante principal deve ser suprimida em nome da ampla concorrência. É suficiente a apresentação de uma Declaração Formal de Compromisso do licitante, sob as penas da lei, de que, uma vez adjudicado o objeto, o fornecimento será realizado com o veículo transformado em estrita conformidade com todas as especificações técnicas, normativas e legais exigidas no Termo de Referência, e que o transformador final obedecerá a todas as regras de segurança e técnicas aplicáveis, inclusive possuindo os devidos registros no CREA/CAU. A retificação nesse ponto é crucial para desonerar os licitantes e maximizar a competitividade do Pregão.

Da Ilegalidade da Exigência de "Certidão Vigente de Adequação e Legislação de Trânsito (CAT) em Nome da Empresa Licitante"

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA E A NATUREZA DA CAT:

O Edital estabelece como requisito para a qualificação técnica a apresentação de "Certidão vigente de adequação e legislação de trânsito (CAT) em nome da empresa licitante".

A Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), emitida pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) ou órgão competente, tem por finalidade atestar que o veículo, após sofrer modificações em sua estrutura original (transformação de um furgão em ambulância, por exemplo), atende às normas técnicas e de segurança veicular exigidas pela legislação de trânsito. Trata-se de um documento intrínseco à transformação do veículo e à empresa que realiza essa transformação, garantindo que o produto final esteja em conformidade com as exigências legais para sua circulação.

Argumentação Jurídica – Restrição Indevida à Competitividade e Violação dos Princípios da Lei nº 14.133/2021:

A exigência de que a CAT esteja "em nome da empresa licitante" demonstra uma interpretação equivocada da finalidade e da natureza deste documento, resultando em uma restrição indevida e excessiva à competitividade do certame.

Em muitos casos, as empresas que participam de licitações para fornecimento de ambulâncias são revendedoras, distribuidoras ou concessionárias de veículos que adquirem os furgões e os enviam para empresas especializadas em transformação veicular. São essas empresas transformadoras, devidamente homologadas e certificadas, que realizam as adaptações necessárias para que o veículo se torne uma ambulância, obtendo, inclusive, a CAT em seu nome, que é atrelada ao chassi e à transformação realizada. A empresa licitante, que comercializa o produto final, não é necessariamente a transformadora.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 5º, inciso XIV, consagra o princípio da competitividade como um dos pilares da licitação pública, buscando a mais ampla participação de interessados, desde que aptos a executar o objeto. O artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, por sua vez, já estabelecia que "as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

Ao exigir que a CAT esteja em nome da licitante, a Administração Pública limita a participação de empresas que, embora idôneas e plenamente capazes de fornecer a ambulância com todas as especificações técnicas e legais (inclusive com CAT válida emitida pela empresa transformadora), não são as responsáveis diretas pela transformação do veículo. O foco da habilitação técnica deve recair sobre a capacidade da licitante de entregar o objeto conforme as especificações, e não sobre a titularidade de um documento que, por sua natureza, pertence ao fabricante ou transformador original do bem. O que se busca é um veículo transformado e certificado, independentemente de a licitante ser a própria transformadora.

A imposição de tal requisito viola os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e da competitividade, uma vez que não se mostra indispensável à garantia do cumprimento das obrigações contratuais. A idoneidade e a qualidade do veículo são asseguradas pela própria existência da CAT, emitida pela empresa que realizou a transformação, e pela garantia de fábrica e do próprio serviço, já expressamente prevista no edital e nos anexos. A exigência poderia ser considerada atendida caso a licitante apresentasse a CAT emitida em nome da empresa transformadora, acompanhada de documentação que comprove a relação comercial entre a licitante e a transformadora, bem como a conformidade do veículo ofertado com tal certificação.

A manutenção dessa cláusula editalícia criaria uma barreira injustificável à entrada de empresas no certame, reduzindo o número de propostas e, consequentemente, a possibilidade de o Município obter a proposta mais vantajosa para a aquisição de um bem tão essencial.

III.3.D. Da Impugnação à Proibição ou Restrição Indevida de Subcontratação

O Edital, ao proibir ou restringir de forma excessiva a subcontratação de partes do objeto, incorre em violação aos princípios da Lei nº 14.133/2021, em especial o da eficiência e da competitividade, bem como ignora a dinâmica moderna de mercado, onde a especialização e a divisão de tarefas são frequentemente essenciais para a qualidade e a economicidade da execução contratual. A subcontratação, longe de ser um mal a ser evitado, pode ser uma

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponivel em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

ferramenta valiosa para otimizar a execução de contratos complexos, permitindo que cada parcela seja executada por quem possui a maior expertise e capacidade técnica para tal.

A Lei nº 14.133/2021, em seu Artigo 122, expressamente prevê a possibilidade de subcontratação, estabelecendo que:

> *Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento, até o limite autorizado em cada caso pela Administração. § 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente. § 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação.*
>
> *§ 3º Será vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.*

O§ 2º do Art. 122 confere à Administração a prerrogativa de vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. Contudo, essa discricionariedade não é absoluta e deve ser exercida em conformidade com os princípios da Lei de Licitações, especialmente o da competitividade (Art. 5º) e da busca pela proposta mais vantajosa (Art. 11, I). Qualquer vedação ou restrição deve ser devidamente motivada no processo licitatório, demonstrando-se a sua necessidade e a impossibilidade de prejuízo à execução contratual. A simples proibição, sem uma justificativa robusta e baseada em dados técnicos ou riscos efetivos, configura um excesso de formalismo e uma restrição indevida à concorrência.

No caso da aquisição de veículos, especialmente aqueles que requerem adaptações específicas (como viaturas policiais ou ambulâncias), é comum e, muitas vezes, vantajoso que o fornecedor principal, especializado na comercialização do veículo-base, subcontrate empresas especializadas nas transformações. Essas empresas subcontratadas possuem o *know-how* técnico, as certificações e os profissionais habilitados (como engenheiros registrados no CREA) para realizar as adaptações conforme as normas e especificações exigidas. Exigir que o fornecedor principal tenha internamente toda essa capacidade técnica para as adaptações

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

significa impor uma barreira de entrada desnecessária, afastando empresas que poderiam oferecer o veículo base a um preço mais competitivo e que, por meio da subcontratação, garantiriam a execução das adaptações por profissionais igualmente qualificados.

A capacidade técnica do subcontratado, conforme o § 1º do Art. 122, será avaliada pela Administração, o que confere segurança jurídica e garante a qualidade da execução da parcela subcontratada. A imposição de restrições ou a proibição da subcontratação, sem uma justificativa técnica e econômica clara, pode levar a um aumento nos custos da contratação, pois as empresas teriam que internalizar competências que não são seu foco principal ou deixar de participar do certame. Isso resulta em menor competitividade e, consequentemente, em uma proposta menos vantajosa para a Administração.

É imperativo que o Edital seja retificado para permitir a subcontratação de partes do objeto, especialmente as relativas às adaptações e transformações dos veículos, até o limite legalmente permitido e de forma a promover a eficiência e a competitividade. A Administração pode e deve estabelecer condições para a subcontratação, tais como a aprovação prévia do subcontratado, a exigência de sua capacidade técnica comprovada e a manutenção da responsabilidade integral do contratado principal pela execução total do objeto, mas nunca proibir a subcontratação sem fundamentação que demonstre efetivo risco ao interesse público.

IV. DOS REQUERIMENTOS E DO PEDIDO FINAL DE RETIFICAÇÃO

Em face de todo o exposto, e objetivando o restabelecimento da legalidade, da eficiência, da isonomia e da competitividade no Pregão Eletrônico nº 210/2025, a Impugnante requer a Vossa Senhoria e à digna Comissão de Licitação:

IV.1. Do Juízo de Admissibilidade

Que seja acolhida e conhecida a presente impugnação, em virtude de sua legitimidade e plena tempestividade, para que seja processada em observância ao artigo 164 da Lei Federal nº 14.133/2021.

IV.2. Do Juízo de Mérito e da Retificação Obrigatória

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

Que sejam julgados totalmente procedentes os pedidos de mérito, determinando-se a imediata retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 210/2025 nos seguintes pontos:

A. Qualificação Técnica e Eficiência

1. **In Inclusão** obrigatória da exigência de apresentação do **Certificado de Conformidade ABNT NBR ISO 9001:2015**, válido e emitido por entidade certificadora acreditada pelo Inmetro/CGCRE, como requisito indispensável de qualificação técnica, conforme Artigos 42 e 67 da Lei nº 14.133/2021, estabelecendo que sua apresentação substitui o CCT (Portarias Inmetro 153/2022 e 14/2016), com base nos Arts. 17 e 67 da Lei 14.133/2021 e no Acórdão TCU 1091/2025.
2. **Inclusão** obrigatória da exigência de apresentação do **Certificado de Conformidade ABNT NBR ISO 9001:2015**, válido e emitido por entidade certificadora acreditada pelo Inmetro/CGCRE, como requisito indispensável de qualificação técnica, conforme Artigos 42 e 67 da Lei nº 14.133/2021.
3. **Inclusão** obrigatória da exigência de apresentação do **Alvará de Funcionamento** municipal, bem como do **Alvará Sanitário** (ou Licença de Funcionamento Sanitário), ou, alternativamente, a comprovação documental formal de que a empresa está legalmente dispensada de sua emissão, para garantia da regularidade operacional e sanitária da licitante.

B. Qualificação Econômico-Financeira e Isonomia

1. **Inclusão** de requisitos objetivos de qualificação econômico-financeira, compreendendo a obrigatoriedade de apresentação e cumprimento de **índices contábeis mínimos** (Liquidez Corrente, Liquidez Geral e Solvência Geral) ou, alternativamente, a exigência de **Capital Social Mínimo** ou **Patrimônio Líquido Mínimo**, em conformidade com o Artigo 69 da Lei nº 14.133/2021.
2. **Inclusão** expressa da previsão para aceitação do **Balanço de Abertura**, acompanhado da demonstração do **Capital Social Integralizado** ou da comprovação da disponibilização de recursos, como critério de qualificação econômico-financeira para as empresas criadas no mesmo exercício financeiro da licitação, em estrita observância ao disposto no artigo 69, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico. Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

C. Competitividade e Livre Concorrência

1. Exclusão da exigência de que o "primeiro emplacamento" ocorra diretamente em nome da Administração, esclarecendo que o conceito de "veículo zero quilômetro" refere-se à ausência de uso anterior do bem, e não à figura do primeiro proprietário no registro, permitindo que a entrega seja realizada por empresas revendedoras ou distribuidoras que comprovem a condição de novo do veículo.

2. Exclusão imperativa da exigência de apresentação, na fase de habilitação, de Atestados de Capacidade Técnica Profissional (registrados no CREA/CAU), bem como de qualquer documentação complexa e ônus excessivo referente ao detalhamento técnico da transformação e adaptação do veículo, quando o licitante atuar como fornecedor principal e não como executor direto da transformação. Determina-se que a comprovação da responsabilidade técnica e das certificações de transformação seja postergada para o momento da assinatura do contrato/ata ou da entrega do bem, aceitando-se na fase de habilitação a mera Declaração Formal de Compromisso de Entrega em estrita conformidade com o Termo de Referência, ou a apresentação de atestados do potencial subcontratado.

3. Em relação à Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT): Que seja alterada a exigência constante no edital, de modo a permitir que a licitante apresente a CAT emitida em nome da empresa transformadora do veículo, desde que devidamente acompanhada de comprovação da relação comercial entre a licitante e a transformadora e que o veículo ofertado corresponda à certificação apresentada, ou que a exigência seja formulada de forma a não restringir indevidamente a participação de revendedoras e distribuidoras idôneas

4. Alteração das cláusulas editalícias para permitir a subcontratação de partes da obra, do serviço ou do fornecimento, especialmente as relativas às adaptações e transformações dos veículos, em conformidade com o Artigo 122 da Lei nº 14.133/2021, estabelecendo os limites e condições de forma clara e motivada, sem que configurem restrição indevida à concorrência.

IV.3. Do Procedimento e Publicidade

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

Requer-se, por derradeiro, a notificação formal da Impugnante sobre a decisão administrativa proferida e, em caso de acatamento parcial ou total das razões suscitadas, a determinação para a imediata **republicação do Edital** com as devidas alterações, reabrindo-se os prazos legalmente previstos, como medida de garantia da legalidade, transparência e do devido processo licitatório.

Nestes Termos, Pede e espera deferimento.

Conceição do Mato Dentro, 28 de setembro de 2026.

GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA:06835354631

Assinado de forma digital por GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA:06835354631
Dados: 2026.09.28 15:35:22 -03'00'

CMD CAR LTDA.
59.637.578/0001-04
GILBERTO DE FARIA PESSOA MOREIRA
REPRESENTANTE LEGAL
RG: MG-12.229.063 - CPF:068.353.546-31

VILA, Humberto. Moralidade, Razoabilidade e Eficiência na Atividade Administrativa. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Direito Público, ano 1, n. 1, abr./jun.2003.ARAGÃO, Alexandre Santos. O princípio da eficiência. Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico, Salvador, Instituto de Direito Público da Bahia, n.4, nov./dez. 2005. Disponível em: http://www.direitodo-estado.com.br>.1

SCATOLINO, Gustavo. TRINDADE, João. Manual de Direito Administrativo. Salvador: Editora Juspodiv, 208) p. 67/68.

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0200/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026

IMPUGNANTE: CMD CAR LTDA.

I – DO OBJETO DA IMPUGNAÇÃO

Trata-se de impugnação apresentada pela empresa CMD CAR LTDA. em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 30/2026, referente ao Processo Licitatório nº 0200/2026, na qual foram apresentados questionamentos acerca de requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

Após análise dos argumentos apresentados, bem como em complementação à manifestação técnica anteriormente emitida, a Administração decidiu pelo acolhimento parcial da impugnação, exclusivamente quanto aos pontos relacionados à Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT e à possibilidade de subcontratação de partes do objeto, bem como pela necessidade de esclarecimento quanto à exigência prevista no item 7.3, alínea "g", do Edital.

II – DA CERTIDÃO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – CAT

Quanto à exigência de apresentação da Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT em nome da empresa licitante, a Administração decide ACATAR o questionamento apresentado.

Considerando que a transformação e adaptação do veículo poderão ser realizadas por empresa especializada, admite-se que a CAT esteja emitida em nome da empresa responsável pela transformação, desde que seja apresentada a documentação necessária à comprovação da relação entre a licitante e a empresa transformadora, bem como seja comprovada a correspondência entre o veículo ofertado e a certificação apresentada.

A alteração tem por finalidade adequar a exigência à natureza da transformação veicular, sem afastar a necessidade de comprovação de que o veículo ofertado atende integralmente às exigências legais, técnicas e de segurança previstas no instrumento convocatório.

Dessa forma, será promovida a adequação da redação correspondente no Edital e no Termo de Referência.

III – DA SUBCONTRATAÇÃO

Quanto à vedação à subcontratação de partes do objeto, a Administração também decide ACATAR o questionamento apresentado.

Será admitida a subcontratação de parcelas específicas do objeto, especialmente aquelas relacionadas aos serviços especializados de transformação e adaptação do veículo, observadas as condições estabelecidas pela Administração e a legislação aplicável.

A possibilidade de subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada perante a Administração pela execução do objeto, permanecendo a contratada responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à qualidade, conformidade, segurança, prazos e demais exigências previstas no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A subcontratação deverá observar as condições e limites estabelecidos pela Administração, inclusive quanto à comprovação da capacidade técnica da empresa subcontratada, quando exigível, e à prévia anuência da Administração.

IV – DO ITEM 7.3, ALÍNEAS "G" E "G.1" – DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Quanto ao questionamento relativo ao item 7.3, alíneas "g" e "g.1", do Edital, a Administração esclarece que a exigência de comprovação de capacidade técnica decorre da natureza do objeto, que envolve, além do fornecimento do veículo, sua transformação e adaptação, inclusive com intervenções em sua estrutura física e em seus sistemas, especialmente na parte elétrica.

Dessa forma, mostra-se pertinente a exigência de comprovação da capacidade técnica e da responsabilidade profissional relacionadas às atividades de transformação e adaptação veicular, mediante a documentação técnica prevista no instrumento convocatório, inclusive atestado de capacidade técnica, ART e documentação de regularidade perante o CREA, quando exigíveis em razão das atividades executadas.

Entretanto, considerando o acolhimento da possibilidade de subcontratação de parcela específica do objeto, especialmente dos serviços de transformação e adaptação veicular, a exigência deverá ser compatibilizada com essa possibilidade.

Assim, caso a própria licitante seja responsável pela execução dos serviços de transformação e adaptação, deverá apresentar a documentação técnica exigida no item 7.3, alíneas "g" e "g.1", relativa às atividades sob sua responsabilidade.

Caso a transformação e adaptação seja executada por empresa especializada subcontratada, a comprovação da capacidade e da responsabilidade técnica correspondente à parcela subcontratada poderá ser apresentada em nome da empresa efetivamente responsável pela execução dos serviços, acompanhada da respectiva documentação técnica e profissional exigível, inclusive ART e registro perante o CREA, quando cabíveis.

A alteração não afasta a exigência de comprovação da capacidade técnica necessária à execução do objeto, tampouco a responsabilidade integral da contratada perante a Administração pela execução, qualidade, segurança e conformidade dos serviços contratados.

Dessa forma, ACATA-SE PARCIALMENTE o questionamento, exclusivamente para adequar e esclarecer a aplicação da exigência prevista no item 7.3, alíneas "g" e "g.1", em razão da possibilidade de subcontratação da parcela de transformação e adaptação veicular.

Consequentemente, deverá ser promovida a adequação da redação do Edital e do Termo de Referência, de modo a deixar expressamente consignada a possibilidade de apresentação da documentação técnica pela empresa responsável pela execução da parcela subcontratada, quando cabível.

V – DOS DEMAIS PONTOS

Quanto aos demais questionamentos apresentados na impugnação, a Administração, após análise, não acolhe os pedidos formulados, permanecendo inalteradas as respectivas disposições do Edital e do Termo de Referência.

VI – DA DECISÃO

Diante do exposto, CONHECE-SE da impugnação apresentada pela empresa CMD CAR LTDA. e, no mérito, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE, ACATANDO-SE os questionamentos relativos:

a) à exigência da Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT, permitindo-se sua apresentação em nome da empresa responsável pela transformação, desde que atendidas as condições estabelecidas pela Administração;

b) à possibilidade de subcontratação de partes específicas do objeto, especialmente aquelas relacionadas à transformação e adaptação veicular, observadas as condições estabelecidas no instrumento convocatório; e

c) ao item 7.3, alíneas "g" e "g.1", exclusivamente para esclarecer e adequar a exigência de comprovação de capacidade e responsabilidade técnica à efetiva execução das parcelas do objeto, de modo que, sendo a transformação e adaptação veicular realizada diretamente pela licitante, sejam observadas as exigências técnicas previstas no Edital e, sendo tais serviços executados por empresa especializada subcontratada, a documentação relativa à capacidade e responsabilidade técnica correspondente seja apresentada em relação à empresa e ao profissional efetivamente responsáveis pela execução da parcela, quando exigível.

Os demais pontos suscitados na impugnação permanecem não acolhidos, mantendo-se inalteradas as respectivas disposições do Edital e do Termo de Referência.

Em razão do acolhimento parcial e dos esclarecimentos realizados, deverão ser promovidas as adequações correspondentes no Edital e no Termo de Referência, dando-se prosseguimento ao certame após as providências cabíveis.

Nova Lima/MG, 13 de outubro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
VANESSA CRISTINA FONSECA FELISBERTO COS
Data: 13/10/2026 11:29:26-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Responsável pela análise

Prefeitura Municipal
de Nova Lima

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

MUNICÍPIO DE NOVA LIMA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 30/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2026
IMPUGNAÇÃO APRESENTADA PELA EMPRESA CMD CAR LTDA

A Pregoeira do Município de Nova Lima, designada pela Portaria nº 14.263, de 02 de maio de 2024, no exercício de sua competência, responde a impugnação interposta pela empresa **CMD CAR LTDA,** com as seguintes razões de fato e de direito:

Alega a Impugnante:

a ausência de exigência de padrões mínimos de gestão da qualidade e de comprovação de regularidade operacional (ISO 9001, Alvarás), mitigando o princípio da eficiência; (2) a incompletude e a falha em prever mecanismos de qualificação econômico-financeira para empresas mais novas (Balanço de Abertura), ferindo a isonomia; (3) a imposição de requisitos excessivamente restritivos, desvinculados do objeto e do caráter público da contratação

mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, tendo como equipe os servidores abaixo indicados, nos termos do Decreto Municipal 14.263/2024. Ocorre que, a análise minuciosa do instrumento convocatório e do Termo de Referência revelou notáveis omissões e exigências que, por sua natureza, comprometem a lisura, a eficiência e, mais gravemente, a competitividade do certame, violando preceitos basilares estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

As inconsistências identificadas podem ser agrupadas em cinco grandes eixos temáticos que demandam urgente retificação, sob pena de viciar o processo licitatório desde sua origem: (1)

(...)

(documentação antecipada de transformação, como atestados do CREA), em afronta direta ao princípio da competitividade; (4) a vedação ou restrição indevida à subcontratação de partes do objeto, desconsiderando a complexidade e a especialização necessárias para determinadas etapas; e (5) a exigência de que o primeiro emplacamento do veículo ocorra diretamente em nome da Administração, ou a inferência de que apenas concessionárias possam vender veículos "zero quilômetro", configurando uma restrição ilegal e um formalismo excessivo. A seguir, detalham-se os fundamentos jurídicos que sustentam a insubsistência e a ilegalidade dessas condições.

(...)

A Impugnantes questiona diversos pontos do edital e para alguns deles o setor requisitante elaborou parecer técnico, o que foi feito pela Sr.ª Vanessa Cristina Fonseca Felisberto – CARGO.

Para uma resposta mais objetiva, cada questionamento da Impugnante será respondido individualmente de acordo com o posicionamento no parecer técnico, quando for o caso.

1 – Inclusão de Padrões de Qualificação Técnica: Eficiência, Qualidade, Regularidade Operacional e Qualificação Econômico-Financeira

Sustenta a Impugnante:

III.1. Da Imperiosa Inclusão de Padrões de Qualificação Técnica: Eficiência, Qualidade e Regularidade Operacional

A qualificação técnica é o mecanismo legal que permite à Administração verificar se os licitantes possuem a aptidão necessária para cumprir o objeto contratual com o grau de qualidade e excelência desejados. Numa contratação que envolve pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, tendo como equipe os servidores abaixo indicados, nos termos do Decreto Municipal 14.263/2024, a Administração deve acautelar-se exigindo mais do que a mera comprovação de capacidade anterior. É fundamental exigir a prova de um sistema de gestão que minimize riscos e maximize a qualidade do produto e serviço.

III.1.A. A Exigência do Certificado de Conformidade ABNT NBR ISO 9001:2015

A omissão do Edital em exigir a certificação ISO 9001 (ABNT NBR ISO 9001:2015) como um dos critérios de qualificação técnica para os fornecedores representa um grave lapso na proteção do interesse público, notadamente no que se refere ao princípio da eficiência. A ISO 9001, globalmente reconhecida, não se limita a um selo de reconhecimento, mas sim atesta que a empresa opera com um robusto Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), auditado por um organismo acreditado pelo Inmetro/CGCRE. Este sistema é estruturado para garantir a padronização e o controle dos processos internos, a rastreabilidade, o monitoramento contínuo de riscos e não conformidades, e a melhoria sistemática da satisfação do cliente, características essenciais em fornecimentos de alto valor e complexidade.

Desta forma, a exigência da ISO 9001 é proporcional e razoável, pois visa a assegurar que o processo produtivo e logístico do fornecedor esteja alinhado com as melhores práticas de gestão, mitigando o risco de falhas contratuais e garantindo a durabilidade e conformidade das viaturas e ambulâncias adquiridas, realizando concretamente o princípio da eficiência, conforme a doutrina majoritária que associa eficiência a presteza, perfeição e rendimento, buscando os melhores resultados com a melhor relação custo-benefício.

A ISO 9001 atesta o Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) de forma abrangente, garantindo que a empresa possui processos auditados para gerir riscos e assegurar a conformidade da entrega. No contexto de transformação veicular, a exigência da ISO 9001 mostra-se superior e substitui a necessidade do CCT (Certificado de Capacidade Técnica) previsto nas Portarias Inmetro nº 153/2022 e nº 14/2016.

Enquanto o CCT valida competências isoladas, a ISO 9001 garante que todo o fluxo produtivo, desde a aquisição de componentes até a entrega final, segue normas internacionais de controle. O Tribunal de Contas da União, no Acórdão nº 1091/2025 – Plenário, consolidou o entendimento de que a Administração deve exigir tal certificação para garantir que o licitante detém o domínio técnico e gerencial necessário, servindo como comprovante definitivo de aptidão técnica e operacional, o que dispensa exigências redundantes de menor abrangência.

III.1.B. Da Necessidade de Comprovação da Regularidade Operacional: Alvarás de Funcionamento e Sanitário

A comprovação da qualificação técnica e jurídica não pode se restringir aos documentos fiscais e à inscrição no CNPJ. A Administração tem o dever de verificar a plena conformidade legal das instalações do licitante para o exercício da atividade que se propõe a executar.

Primeiramente, a exigência do **Alvará de Funcionamento** expedido pelo Município sede da empresa é um requisito básico para atestar que o estabelecimento da licitante está regularizado quanto às normas de zoneamento, uso do solo, segurança e demais disposições municipais. Trata-se de uma salvaguarda elementar da legalidade e da segurança jurídica na contratação.

Em segundo lugar, e de maneira crucial, se o objeto licitado contemplar itens correlatos à área da saúde, a inclusão da exigência do **Alvará Sanitário** (ou Licença de Funcionamento Sanitário) torna-se obrigatória. Este documento é emitido pelo órgão de Vigilância Sanitária (ANVISA, estadual ou municipal), atestando que a empresa cumpre as rigorosas normas de higiene e condições operacionais para o manuseio, distribuição ou transformação de bens ligados à saúde. Normas federais e códigos sanitários estaduais, como o Código de Saúde do Estado de Minas Gerais (Lei Estadual nº 13.317/99), exigem esta licença.

Na hipótese de a natureza da atividade da empresa licitante ou do objeto específico dispensar a emissão do Alvará Sanitário por força de dispositivo legal, o Edital deve, contudo, exigir a comprovação documental formal dessa dispensa legal. Dessa forma, equilibra-se a necessidade de segurança com o princípio da competitividade, evitando-se a contratação de empresas que operam à margem das normas sanitárias, o que seria inadmissível em um fornecimento relacionado direta ou indiretamente a veículos públicos de segurança ou saúde.

III.2. Do Equilíbrio da Qualificação Econômico-Financeira e a Inclusão do Balanço de Abertura

A qualificação econômico-financeira tem como finalidade primordial demonstrar a solidez patrimonial e a capacidade financeira do licitante em sustentar o contrato até o seu termo, evitando ônus e prejuízos ao erário em virtude de um eventual colapso financeiro do contratado. A omissão do edital em estabelecer critérios financeiros mínimos expõe o Município a riscos inaceitáveis, e, ao mesmo tempo, a ausência de previsão sobre empresas recém-constituídas viola a regra legal de isonomia na busca pela competitividade.

III.2.A. Da Insuficiência dos Critérios Financeiros: Necessidade de Índices Contábeis e Capital Mínimo

O Edital deve ser retificado para incluir a exigência de demonstração da boa situação financeira do licitante através da apresentação dos índices contábeis mais relevantes, tais como a **Liquidez Geral (LG)**, a **Liquidez Corrente (LC)** e a **Solvência Geral (SG)**, ou, alternativamente, a exigência de um **Capital Social Mínimo** ou **Patrimônio Líquido Mínimo** compatível e proporcional à dimensão econômica do objeto a ser contratado. O Artigo 69, caput, da Lei nº 14.133/2021 autoriza a exigência desses demonstrativos, não devendo a Administração Pública omitir-se nesse mister de segurança, pois a ausência de tais critérios torna a avaliação da capacidade financeira do licitante subjetiva e vulnerável a interpretações diversas.

(...)

III.2.B. Da Isonomia para Empresas Recém-Constituídas: A Aceitabilidade do Balanço de Abertura

A Administração deve incentivar a competição e a participação de novos agentes econômicos, desde que estes sejam capazes de comprovar sua capacidade, em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável e da isonomia. A exigência exclusiva do Balanço Patrimonial referente ao último exercício social completo, sem prever meios alternativos para empresas recém-constituídas (aquelas criadas no exercício financeiro da licitação), é um filtro indevido e contrário à letra expressa da lei.

Portanto, para garantir a plena observância do princípio da isonomia e da competitividade, o Edital deve prever expressamente a aceitação do **Balanço de Abertura** e a demonstração do **Capital Social Integralizado** (ou recursos disponíveis) para aquelas empresas que se enquadrem nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 14.133/2021, permitindo que a inovação e o empreendedorismo nacional participem do certame.

Inicialmente a Impugnante requer que seja acrescido ao instrumento convocatório para fins de qualificação técnica a exigência de apresentação do

Certificado de Conformidade ABNT NBR ISO 9001:2015, Alvará de Funcionamento e Alvará Sanitário.

Pontua-se que a Lei Federal nº 14.133/2021, que regulamenta a presente licitação, assim dispõe:

> Art. 6º [...]
> XIII – **bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado**;
> [...]
> XLI – **pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço** ou o de menor desconto; (gn)

Observa-se que a Lei nº 14.133/2021 **NÃO INOVOU** quanto ao conceito de objetos comuns em relação ao anteriormente adotado pela antiga Lei nº 10.520/02, inovando apenas quanto à OBRIGATORIEDADE de adoção da modalidade pregão, justamente porque esta visa a celeridade.

Nesse sentido, o respeitável Marçal Justen Filho orienta:

> **Não se olvide que adotar requisitos complexos para habilitação importaria, na sistemática do pregão, dar oportunidade a uma litigiosidade indesejável. A inversão de fases de habilitação e julgamento destina-se a agilizar o certame**. Tendo obtido oferta satisfatória, seria extremamente problemático remeter a Administração a uma desgastante disputa acerca da idoneidade do licitante. Lembre-se que **restringir o cabimento do pregão ao fornecimento de bens e serviços comuns significa, em última análise, reconhecer a desnecessidade de requisitos de habilitação mais severos. Ou seja, não foi casual a reserva do pregão apenas para bens e serviços comuns. Como esses bens estão disponíveis no mercado, segundo tendências padronizadas, presume-se não apenas a desnecessidade de maior investigação acerca do objeto. Também se pode presumir que serviços comuns não demandam maior especialidade do fornecedor. Logo, os requisitos de habilitação podem ser os mínimos possíveis**. (Em "Pregão Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico", Ed. Dialética, 2001, p. 77). (gn)

O art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 dispõe sobre a documentação MÁXIMA que poderá ser exigida para fins de habilitação técnica das licitantes:

> Art. 67. **A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será RESTRITA A**: (gn)

A expressão RESTRITA contida na legislação deixa evidenciado que a Administração não está obrigada a exigir TODOS os documentos elencados no art. 67, definindo apenas os **CONTORNOS** sobre a fase de habilitação.

Ainda sobre a habilitação, a Lei 14.133/2021 dispõe:

> Art. 63. **Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições**:
> [...]
> III – **serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso**, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
> [...]
> Art. 65. **AS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO SERÃO DEFINIDAS NO EDITAL**. (gn)

Deste modo, da leitura dos dispositivos supracitados resta claro que: (i) em todos os processos licitatórios é obrigatória **apenas** a exigência, para fins de habilitação, da regularidade fiscal das licitantes; (ii) quanto aos demais documentos para habilitação, deve-se verificar o disposto no edital.

Da mesma forma, a empresa requer que o edital seja retificado para inclusão, para fins de qualificação econômico-financeira, de índices contábeis mínimos (liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral) ou alternativamente Capital Social Mínimo ou Patrimônio Líquido Mínimo e quando for o caso, Balanço de Abertura.

Também nesse ponto a Lei Federal 14.133/2021 expressamente limitou as exigências relativas à qualificação econômico-financeira às especificadas no art. 69:

> Art. 69. **A habilitação econômico-financeira** visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e **será RESTRITA À** apresentação da seguinte documentação: (gn)

In casu, consta no edital a exigência que a administração entende ser necessária para fins de verificação da habilitação econômico-financeira das licitantes:

7.2 – Para fins de qualificação econômico-financeira, os interessados deverão apresentar:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme permissivo do art. 69, II, da Lei Federal 14.133/2021. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

Portanto, não há que se falar em obrigatoriedade na inclusão dos documentos requeridos pela impugnante porque a LEI garantiu ao administrador a FACULDADE de definir no instrumento convocatório as condições de habilitação, desde que limitada ao disposto no Capítulo VI da Lei nº 14.133/2021, tratando-se, portanto, de juízo de pertinência.

Ademais, não se pode perder de vista que a finalidade precípua das licitações é a contratação da proposta mais vantajosa para o interesse público que deverá ser

verificada de conformidade com os princípios da competitividade, razoabilidade e proporcionalidade.

Não obstante, cabe às empresas o cumprimento das normas necessárias ao seu regular funcionamento, e existem órgãos específicos que detêm a competência de fiscalizá-las. Portanto, a ausência de exigências no edital não desobriga as empresas de cumprirem as imposições normativas que porventura sejam aplicáveis ao ramo que atuam.

2 – Ilegalidade da exigência de "Primeiro Emplacamento" em nome da administração e interpretação de "Veículo Zero Quilômetro"

Sustenta a Impugnante:

III.3.B. A Ilegalidade da Exigência de "Primeiro Emplacamento" em Nome da Administração e a Interpretação de "Veículo Zero Quilômetro"

A exigência de que o veículo tenha seu "primeiro emplacamento" diretamente em nome da Administração, ou a interpretação de que um veículo "zero quilômetro" só pode ser fornecido por concessionária ou fabricante sem qualquer registro prévio em nome do intermediário, é uma restrição indevida e um formalismo excessivo que atenta contra a competitividade do certame. Esta imposição, muitas vezes embasada em uma interpretação equivocada da Lei nº 6.729/79 e da própria conceituação de "veículo novo", acaba por afastar potenciais licitantes que, embora plenamente capazes de fornecer o bem com as especificações exigidas, não se encaixam nesse critério formal.

O conceito de "veículo zero quilômetro" ou "veículo novo" deve estar intrinsecamente ligado à sua condição material: um automóvel que nunca foi utilizado, que mantém suas características originais de fábrica e que não apresenta desgaste decorrente de uso. A mera transferência de propriedade ou o registro provisório em nome de uma revendedora intermediária, desde que o veículo não tenha sido rodado ou utilizado para fins de consumo, não descaracteriza sua condição de "novo". A Lei Federal nº 6.729/79 regula relações comerciais específicas entre fabricantes e concessionárias, e não impõe à Administração Pública a obrigação de adquirir veículos apenas de concessionárias para que estes sejam considerados "novos" ou para que o "primeiro emplacamento" ocorra em seu nome. A própria Lei Ferrari, em seu Art. 15, § 1º, alínea "a", permite ao concedente (fabricante) efetuar vendas diretas à Administração Pública, independentemente da atuação ou pedido de concessionário, demonstrando que a vinculação exclusiva à rede de concessionárias não é absoluta nem para os próprios fabricantes.

(...)

Além disso, a exigência de que o primeiro emplacamento ocorra em nome da Administração pode gerar ônus desnecessários e burocracia excessiva, uma vez que a empresa licitante pode assumir a responsabilidade pela entrega do veículo devidamente emplacado e licenciado em nome da entidade, independentemente de ter havido um registro intermediário para fins comerciais. O que realmente importa é que o veículo entregue atenda a todas as especificações técnicas, seja de fato "zero quilômetro" (não usado), e que a Administração receba toda a documentação necessária para seu registro e utilização legal.

A manutenção de tal exigência ou de sua interpretação restritiva do conceito de "veículo zero quilômetro" em nome da Lei Ferrari configura uma reserva de mercado para concessionárias e fabricantes, frustrando a competitividade, a livre concorrência e o princípio da isonomia, o que, conforme a Súmula 222 do TCU, é de observância obrigatória para todos os entes da federação em se tratando de normas gerais de licitação. O Edital deve ser retificado para esclarecer que "veículo zero quilômetro" é aquele sem uso anterior e que a forma de aquisição pelo licitante ou a ocorrência de um registro intermediário para fins comerciais não descaracteriza essa condição, desde que o bem entregue nunca tenha sido utilizado e possua todas as garantias de fábrica.

(...)

Embora entenda a Impugnante que a exigência editalícia do **VEÍCULO ZERO** e **PRIMEIRO EMPLACAMENTO** em nome do município é restritiva de participação, considerando que exclui a participação de revendedoras, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em recentes decisões frisou sobre a discricionariedade do ente público em definir, o que vem a ser veículo ZERO:

> DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO. **EXIGÊNCIA DE PRIMEIRO EMPLACAMENTO EM NOME DO MUNICÍPIO CONTRATANTE.** FORNECIMENTO POR REVENDEDORA. RECOMENDAÇÃO. EVASÃO FISCAL. COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA. IMPROCEDÊNCIA.
> 1.Nos termos da Deliberação n. 64 do CONTRAN e da disciplina de concessão comercial prevista na Lei n. 6.729/79, **veículo novo é aquele comercializado por concessionária ou fabricante antes de registro e licenciamento. Por esse motivo, a Administração, ao permitir somente a participação de**

licitantes que se enquadram no conceito de concessionárias ou fabricantes, não busca cercear a competitividade, mas sim delinear devidamente o objeto, garantindo o cumprimento da obrigação pretendida. 2.Compete ao gestor público observar as potencialidades do mercado e as necessidades do ente que ele representa, avaliando as circunstâncias do caso concreto e, conforme seja viável ou não a aquisição de veículos já previamente licenciados, optar pela maior ou menor amplitude da concorrência. **Em outras palavras, é discricionariedade da Administração Pública a escolha pela aquisição de veículos novos apenas da montadora/fabricante ou da concessionária, devendo estar tal opção claramente estabelecida no edital.** [DENÚNCIA n. 1107532. Rel. CONS. CLÁUDIO TERRÃO. Sessão do dia 22/09/2022. Disponibilizada no DOC do dia 19/10/2022. Colegiado. SEGUNDA CÂMARA.]

DENÚNCIA. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. **AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO QUILÔMETROS**. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESA REVENDEDORA NO CERTAME. DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA. LEGALIDADE. VINCULAÇÃO AO EDITAL. IMPROCEDÊNCIA. ARQUIVAMENTO. **Diante da pretensão contratual de aquisição de veículos novos, há discricionariedade do gestor público quanto à exigência de (i) primeiro emplacamento/registro/licenciamento do automóvel,** sendo possível somente a participação de montadora/fabricante ou concessionária no certame, ou de (ii) os veículos apenas não possuírem nenhuma rodagem, hipótese na qual também se incluem, dentre os licitantes, as empresas revendedoras, devendo a escolha da Administração constar no edital de forma clara, objetiva e precisa, além de estar pautada na legalidade, na proporcionalidade, na competitividade e na busca da proposta mais vantajosa. [DENÚNCIA n. 1107615. Rel. CONS. SUBST. LICURGO MOURÃO. Sessão do dia 18/08/22. Disponibilizada no DOC do dia 24/08/22. Colegiado. SEGUNDA CÂMARA.]

"Além da controvérsia acerca da perda da qualidade de novo após o emplacamento, parece-me inconteste, sobretudo por se tratar de veículo automotor, que a Administração Pública, caso compelida a adquirir o produto de um revendedor, e, portanto, passar a ser a sua segunda proprietária, pudesse sofrer prejuízos pela depreciação econômica do bem. Ainda, é possível que existam implicações prejudiciais à Administração no que diz respeito ao tempo de garantia oferecido pelo fabricante, pois, o prazo para eventuais reparos já estaria em curso desde a compra do automóvel pelo primeiro proprietário.
[...]
Necessário esclarecer, por derradeiro, que a adoção da tese ora defendida não inviabiliza a aquisição direta de veículos provenientes de empresas revendedoras pela Administração Pública. Isso porque compete ao gestor público, avaliando as circunstâncias do caso concreto, as potencialidades do mercado e as necessidades do ente por ele representado, optar pela maior ou

> menor amplitude da concorrência, conforme a viabilidade da aquisição de veículos já previamente licenciados. **Em outras palavras, a escolha pela compra de veículos novos apenas da montadora/fabricante ou da concessionária é discricionária da Administração Pública, devendo estar tal opção claramente estabelecida no edital, com vistas a permitir que as empresas interessadas tenham ciência do objeto a ser contratado, evitando surpresas no momento da análise das propostas apresentadas.**
> [...]
> Ante o exposto, **não vislumbro indícios de irregularidade na exigência feita no edital** do Pregão Eletrônico nº 019/2017, **de que "só será aceito veículo para o primeiro emplacamento** no Município de Curvelo". (Denúncia 1015299 – Relator Conselheiro Gilberto Diniz – 2018)

Nota-se que os entendimentos exarados nos acórdãos supracitados não deixam dúvidas quanto a possibilidade de a Administração exigir veículos zero-quilômetro e primeiro emplacamento em nome do município, podendo tais exigências serem incluídas no processo licitatório sem qualquer ressalva.

3 – Exigência antecipada de ARTs com registro no CREA/CAU e CAT

Sustenta a Impugnante:

> **III.3.C. A Ilegalidade da Exigência Antecipada de Atestados de Capacidade Técnica Profissional (ARTs) com Registro no CREA/CAU: Formalismo Exacerbado e Restrição à Competitividade**
>
> Em se tratando da aquisição de veículos complexos ou adaptados, como viaturas ou ambulâncias, o Edital exige, na fase de habilitação, documentação complexa relativa à transformação do veículo, notadamente a comprovação formal da responsabilidade técnica pelo processo, através de Atestados de Capacidade Técnica Profissional (ARTs) devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou órgão de classe correlato (CAU). Essa exigência, embora potencialmente pertinente e necessária à fase de execução e fiscalização do contrato para o efetivo responsável técnico pela transformação, revela-se inoportuna, restritiva e desproporcional quando imposta à fase de habilitação do fornecedor principal do veículo.

(...)

O momento lógico e eficiente para exigir a comprovação da vinculação do transformador, dos profissionais legalmente habilitados e das homologações é apenas após a definição do vencedor, seja no momento da assinatura da Ata de Registro de Preços/Contrato, seja no processo de fiscalização da entrega. Para a fase de habilitação, a exigência de Atestados de Capacidade Técnica (ART) ou documentação de registro em conselho profissional (CREA/CAU) diretamente do licitante principal deve ser suprimida em nome da ampla concorrência. É suficiente a apresentação de uma Declaração Formal de Compromisso do licitante, sob as penas da lei, de que, uma vez adjudicado o objeto, o fornecimento será realizado com o veículo transformado em estrita conformidade com todas as especificações técnicas, normativas e legais exigidas no Termo de Referência, e que o transformador final obedecerá a todas as regras de segurança e técnicas aplicáveis, inclusive possuindo os devidos registros no CREA/CAU. A retificação nesse ponto é crucial para desonerar os licitantes e maximizar a competitividade do Pregão.

(...)

A EXIGÊNCIA EDITALÍCIA E A NATUREZA DA CAT:

O Edital estabelece como requisito para a qualificação técnica a apresentação de "Certidão vigente de adequação e legislação de trânsito (CAT) em nome da empresa licitante".

A Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito (CAT), emitida pelo Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) ou órgão competente, tem por finalidade atestar que o veículo, após sofrer modificações em sua estrutura original (transformação de um furgão em ambulância, por exemplo), atende às normas técnicas e de segurança veicular exigidas pela legislação de trânsito. Trata-se de um documento intrínseco à transformação do veículo e à empresa que realiza essa transformação, garantindo que o produto final esteja em conformidade com as exigências legais para sua circulação.

Argumentação Jurídica – Restrição Indevida à Competitividade e Violação dos Princípios da Lei nº 14.133/2021:

A exigência de que a CAT esteja "em nome da empresa licitante" demonstra uma interpretação equivocada da finalidade e da natureza deste documento, resultando em uma restrição indevida e excessiva à competitividade do certame.

Em muitos casos, as empresas que participam de licitações para fornecimento de ambulâncias são revendedoras, distribuidoras ou concessionárias de veículos que adquirem os furgões e os enviam para empresas especializadas em transformação veicular. São essas empresas transformadoras, devidamente homologadas e certificadas, que realizam as adaptações necessárias para que o veículo se torne uma ambulância, obtendo, inclusive, a CAT em seu nome, que é atrelada ao chassi e à transformação realizada. A empresa licitante, que comercializa o produto final, não é necessariamente a transformadora.

A Impugnante afirma ser restritiva a apresentação, na fase de habilitação, de Atestados de Capacidade Técnica Profissional, registrados no CREA/CAU, nos termos do item 7.3 *g* do edital e item 11.2.4.5.1 *d* do Termo de Referência, além do Certificado de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT.

II – DA CERTIDÃO DE ADEQUAÇÃO À LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO – CAT

Quanto à exigência de apresentação da Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT em nome da empresa licitante, a Administração decide ACATAR o questionamento apresentado.

Considerando que a transformação e adaptação do veículo poderão ser realizadas por empresa especializada, admite-se que a CAT esteja emitida em nome da empresa responsável pela transformação, desde que seja apresentada a documentação necessária à comprovação da relação entre a licitante e a empresa transformadora, bem como seja comprovada a correspondência entre o veículo ofertado e a certificação apresentada.

A alteração tem por finalidade adequar a exigência à natureza da transformação veicular, sem afastar a necessidade de comprovação de que o veículo ofertado atende integralmente às exigências legais, técnicas e de segurança previstas no instrumento convocatório.

Dessa forma, será promovida a adequação da redação correspondente no Edital e no Termo de Referência.

A esse respeito, o parecer técnico apontou:

(...)

IV – DO ITEM 7.3, ALÍNEAS "G" E "G.1" – DA COMPROVAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Quanto ao questionamento relativo ao item 7.3, alíneas "g" e "g.1", do Edital, a Administração esclarece que a exigência de comprovação de capacidade técnica decorre da natureza do objeto, que envolve, além do fornecimento do veículo, sua transformação e adaptação, inclusive com intervenções em sua estrutura física e em seus sistemas, especialmente na parte elétrica.

Dessa forma, mostra-se pertinente a exigência de comprovação da capacidade técnica e da responsabilidade profissional relacionadas às atividades de transformação e adaptação veicular, mediante a documentação técnica prevista no instrumento convocatório, inclusive atestado de capacidade técnica, ART e documentação de regularidade perante o CREA, quando exigíveis em razão das atividades executadas.

Entretanto, considerando o acolhimento da possibilidade de subcontratação de parcela específica do objeto, especialmente dos serviços de transformação e adaptação veicular, a exigência deverá ser compatibilizada com essa possibilidade.

Assim, caso a própria licitante seja responsável pela execução dos serviços de transformação e adaptação, deverá apresentar a documentação técnica exigida no item 7.3, alíneas "g" e "g.1", relativa às atividades sob sua responsabilidade.

Caso a transformação e adaptação seja executada por empresa especializada subcontratada, a comprovação da capacidade e da responsabilidade técnica correspondente à parcela subcontratada poderá ser apresentada em nome da empresa efetivamente responsável pela execução dos serviços, acompanhada da respectiva documentação técnica e profissional exigível, inclusive ART e registro perante o CREA, quando cabíveis.

A alteração não afasta a exigência de comprovação da capacidade técnica necessária à execução do objeto, tampouco a responsabilidade integral da contratada perante a Administração pela execução, qualidade, segurança e conformidade dos serviços contratados.

Dessa forma, ACATA-SE PARCIALMENTE o questionamento, exclusivamente para adequar e esclarecer a aplicação da exigência prevista no item 7.3, alíneas "g" e "g.1", em razão da possibilidade de subcontratação da parcela de transformação e adaptação veicular.

Consequentemente, deverá ser promovida a adequação da redação do Edital e do Termo de Referência, de modo a deixar expressamente consignada a possibilidade de apresentação da documentação técnica pela empresa responsável pela execução da parcela subcontratada, quando cabível.

Conforme esclarecido no parecer técnico, a Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT e os documentos de que trata o item 7.3, alíneas "g" e "g.1" se mostram necessários considerando a natureza do objeto contratado, haja vista a necessidade de intervenção na estrutura física e sistemas do veículo. Contudo,

considerando a possibilidade de subcontratação de parte do objeto, quando for o caso, essa documentação pode ser apresentada em nome do responsável pelas adaptações no veículo.

4 – Subcontratação do objeto

Sustenta a Impugnante:

III.3.D. Da Impugnação à Proibição ou Restrição Indevida de Subcontratação

O Edital, ao proibir ou restringir de forma excessiva a subcontratação de partes do objeto, incorre em violação aos princípios da Lei nº 14.133/2021, em especial o da eficiência e da competitividade, bem como ignora a dinâmica moderna de mercado, onde a especialização e a divisão de tarefas são frequentemente essenciais para a qualidade e a economicidade da execução contratual. A subcontratação, longe de ser um mal a ser evitado, pode ser uma ferramenta valiosa para otimizar a execução de contratos complexos, permitindo que cada parcela seja executada por quem possui a maior expertise e capacidade técnica para tal.

O§ 2º do Art. 122 confere à Administração a prerrogativa de vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação. Contudo, essa discricionariedade não é absoluta e deve ser exercida em conformidade com os princípios da Lei de Licitações, especialmente o da competitividade (Art. 5º) e da busca pela proposta mais vantajosa (Art. 11, I). Qualquer vedação ou restrição deve ser devidamente motivada no processo licitatório, demonstrando-se a sua necessidade e a impossibilidade de prejuízo à execução contratual. A simples proibição, sem uma justificativa robusta e baseada em dados técnicos ou riscos efetivos, configura um excesso de formalismo e uma restrição indevida à concorrência.

No caso da aquisição de veículos, especialmente aqueles que requerem adaptações específicas (como viaturas policiais ou ambulâncias), é comum e, muitas vezes, vantajoso que o fornecedor principal, especializado na comercialização do veículo-base, subcontrate empresas especializadas nas transformações. Essas empresas subcontratadas possuem o *know-how* técnico, as certificações e os profissionais habilitados (como engenheiros registrados no CREA) para realizar as adaptações conforme as normas e especificações exigidas. Exigir que o fornecedor principal tenha internamente toda essa capacidade técnica para as adaptações

significa impor uma barreira de entrada desnecessária, afastando empresas que poderiam oferecer o veículo base a um preço mais competitivo e que, por meio da subcontratação, garantiriam a execução das adaptações por profissionais igualmente qualificados.

A capacidade técnica do subcontratado, conforme o § 1° do Art. 122, será avaliada pela Administração, o que confere segurança jurídica e garante a qualidade da execução da parcela subcontratada. A imposição de restrições ou a proibição da subcontratação, sem uma justificativa técnica e econômica clara, pode levar a um aumento nos custos da contratação, pois as empresas teriam que internalizar competências que não são seu foco principal ou deixar de participar do certame. Isso resulta em menor competitividade e, consequentemente, em uma proposta menos vantajosa para a Administração.

É imperativo que o Edital seja retificado para permitir a subcontratação de partes do objeto, especialmente as relativas às adaptações e transformações dos veículos, até o limite legalmente permitido e de forma a promover a eficiência e a competitividade. A Administração pode e deve estabelecer condições para a subcontratação, tais como a aprovação prévia do subcontratado, a exigência de sua capacidade técnica comprovada e a manutenção da responsabilidade integral do contratado principal pela execução total do objeto, mas nunca proibir a subcontratação sem fundamentação que demonstre efetivo risco ao interesse público.

A esse respeito o parecer técnico opinou:

III – DA SUBCONTRATAÇÃO

Quanto à vedação à subcontratação de partes do objeto, a Administração também decide ACATAR o questionamento apresentado.

Será admitida a subcontratação de parcelas específicas do objeto, especialmente aquelas relacionadas aos serviços especializados de transformação e adaptação do veículo, observadas as condições estabelecidas pela Administração e a legislação aplicável.

A possibilidade de subcontratação não afasta a responsabilidade integral da contratada perante a Administração pela execução do objeto, permanecendo a contratada responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas, inclusive quanto à qualidade, conformidade, segurança, prazos e demais exigências previstas no Edital, no Termo de Referência e no instrumento contratual.

A subcontratação deverá observar as condições e limites estabelecidos pela Administração, inclusive quanto à comprovação da capacidade técnica da empresa subcontratada, quando exigível, e à prévia anuência da Administração.

Considerando os apontamentos da Impugnante e o parecer técnico, o instrumento convocatório merece ser reformado para possibilitar a subcontratação de parte do objeto e a respectiva apresentação da Certidão de Adequação à Legislação de Trânsito – CAT e documentos do item 7.3, alíneas "g" e "g.1" em nome da subcontratada, quando for o caso.

Os demais pontos do edital permanecem inalterados, notadamente quanto aos demais documentos de qualificação técnica e econômico-financeira.

Pelas razões expedidas, decido conhecer da impugnação para, no mérito, **dar-lhe parcial provimento**.

Nova Lima, 14 de outubro de 2026.

Pregoeira